



Relatório Situacional da Infraestrutura e Disponibilidade de Materiais Didáticos para a Educação Física nas Escolas Municipais de Santa Luzia/MG e Guia para Planejamento, Investimento e Qualificação das Aulas de Educação Física: Infraestrutura e Materialidade como Direito Educacional

Prof. Ms. Thiago Mendes Oliveira

EEFFTO – UFMG / Prefeitura de Santa Luzia – MG

Ed.fisica.thiago@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6643817069173528>

Profa. Dra. Ivana Montandon Soares Aleixo

EEFFTO – UFMG

ivanamontandonaleixo@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6764820971629320>

Área temática: Formação, intervenção e profissionalidade docente.

Introdução

O presente produto educacional foi concebido para subsidiar, de modo técnico e sistematizado, a formulação de política pública e a gestão pedagógica da Educação Física escolar na rede municipal de Santa Luzia/MG. Tem como eixo a materialidade das condições de ensino — infraestrutura dos espaços e disponibilidade de materiais didáticos — entendidas como requisito para efetivar o direito à educação com qualidade, equidade e inclusão, em consonância com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Parte-se do princípio de que ambientes seguros, acessíveis e pedagogicamente adequados, aliados a acervos mínimos e diversificados, são indispensáveis à vivência das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento previstos nas normativas curriculares, favorecendo a participação estudantil, a aprendizagem significativa e a redução de desigualdades intra e entre unidades escolares.

Espera-se que, a partir da compreensão dessa realidade, seja possível propor ações específicas para atender a esse público e, com isso, promover uma educação de qualidade para todos(as), conforme destacado por Soares Neto et al. (2013).

Nesse horizonte, a infraestrutura não é um adereço, mas um dispositivo pedagógico que viabiliza metodologias ativas e inclusivas — da dança, ginásticas, às lutas, dos esportes às práticas corporais de aventura — e condiciona a coerência entre o currículo prescrito e o currículo efetivamente praticado.

Trata-se de relatório situacional com guia prático de planejamento, investimento e qualificação das aulas, que integra: (i) método *survey* descritivo-quantitativo; (ii) análise documental (balancetes, prestações de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE e registros oficiais); e (iii) instrumentos operacionais de gestão. O método *survey*, aplicado a 37 docentes





de Educação Física e 23 diretores (as), utilizou questionários estruturados em escala de Likert de quatro pontos (sem opção neutra), via *Google Forms*, com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP-UFGM) CAAE77275524.9.0000.5149. A metodologia resultou em parâmetros de decisão: padrões mínimos por etapa, critérios transparentes de priorização, diretrizes de programação orçamentária e modelo de monitoramento contínuo de metas e condições de oferta.

O objetivo central do produto é mapear necessidades com precisão e comparabilidade, padronizar mínimos de oferta compatíveis com as competências e habilidades previstas na BNCC (2017) e no CRMG (2018), orientar decisões orçamentárias baseadas em evidências e apoiar o trabalho docente no planejamento e na mediação didática, fortalecendo a profissionalidade na Educação Física escolar. Por profissionalidade, compreende-se o conjunto de saberes, práticas, condições e responsabilidades que sustentam a docência como trabalho intelectual e ético — o que inclui meios materiais, tempos e espaços adequados para metodologias ativas, avaliação formativa e práticas inclusivas. Ao converter o diagnóstico em rotinas de gestão (definição de kits mínimos por etapa, cronograma trienal de aquisição e reposição e sistema municipal de monitoramento), o produto consolida uma cultura de planejamento que conjuga justiça distributiva (alocação conforme necessidade), eficiência do gasto e foco em resultados pedagógicos.

Entre os achados que motivam a proposição, há sinais promissores e desafios: 97,3% do corpo docente possui pós-graduação (potencial de inovação); 39,1% das escolas não têm quadra coberta e 43,5% apresentam avaliação “regular” das áreas ao ar livre, com impacto direto no planejamento das aulas, na segurança e na inclusão. A ausência de materiais adaptados — como bolas sonoras, sinalização tátil/visual e superfícies amortecidas — restringe a participação de estudantes com deficiência e a diversidade de experiências corporais. Diante disso, o produto organiza respostas escalonadas: kits pedagógicos mínimos e adaptados por etapa, rotinas de manutenção e reposição, formação continuada de gestores(as) e docentes e mecanismos de monitoramento, integrando planejamento pedagógico e orçamentário em horizonte trienal (implantação, avaliação intermediária e renovação programada), a fim de alinhar condições de ensino à ambição curricular e aos compromissos legais com uma educação pública, inclusiva e de qualidade.





Desenvolvimento

O recurso configura-se como relatório técnico-pedagógico acompanhado de guia de implementação, voltado a orientar rotinas decisórias, pedagógicas e orçamentárias da rede. A arquitetura organiza-se em seis componentes integrados: (a) diagnóstico situacional das condições de oferta; (b) instrumentos padronizados de coleta e registro (formulário para avaliação de infraestrutura e do acervo de materiais, com campos de identificação institucional, caracterização dos espaços de prática, sanitários/vestiários, acessibilidade, estado de conservação e diversidade de equipamentos); (c) kit pedagógico mínimo por etapa (Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental), com itens adaptados à participação de estudantes público-alvo da Educação Especial; (d) cronograma trienal (2026–2028) de aquisição, reposição e formação continuada; (e) critérios técnicos de destinação de recursos, fundamentados em princípios de equidade; e (f) sistema municipal de monitoramento contínuo, em versão básica (planilha dinâmica) ou avançada (módulo em sistema web), apto a produzir relatórios gerenciais para o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e para a prestação de contas. O desenho assegura a passagem de dados → parâmetros → rotinas de gestão, convertendo evidências em padrões mínimos de oferta, prioridades de investimento e ciclos de acompanhamento.

Pretende-se implementar na rede municipal de ensino de Santa Luzia/MG, tomando como referência o biênio 2023/2024 para análise de contexto e execução material, e 2025 para consolidação das proposições no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SMED). As fontes documentais (balançetes, prestações de contas, registros oficiais e memoriais de gestão, disponibilizadas pela SMED) foram utilizadas para cotejar as informações coletadas e sustentar a coerência interna das recomendações apresentadas.

Adotou-se método *survey* descritivo-quantitativo, por questionários estruturados em escala de Likert de quatro pontos (sem opção neutra), via Google Forms. Os instrumentos abrangeram: (i) espaços de prática e acessibilidade; (ii) sanitários/vestiários; (iii) materiais didáticos — quantidade, diversidade e estado, com identificação de itens adaptados; e (iv) observações qualitativas com classificação sintética. As respostas foram consolidadas em planilhas e tratadas por estatística descritiva, gerando indicadores para os padrões mínimos, a priorização de investimentos e o cronograma de implementação.

O levantamento observou os princípios éticos aplicáveis à pesquisa educacional: disponibilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), participação



voluntária, possibilidade de desistência a qualquer tempo, anonimização dos respondentes e uso agregado das informações. O acesso a documentos administrativos foi formalmente autorizado pela SMED, e a divulgação dos resultados limitou-se a níveis de agregação compatíveis com a finalidade pública do estudo.

O kit pedagógico mínimo foi delineado para assegurar diversidade de experiências corporais (lúdicas, esportivas, expressivas e de aventura) e acessibilidade. Para a Educação Infantil, privilegiam-se materiais de exploração sensório-motora e organização do espaço; para os Anos Iniciais, itens de iniciação a modalidades e jogos cooperativos; e, para os Anos Finais, materiais que ampliem a complexidade técnica e tática, sem perder de vista a inclusão (por exemplo: bolas sonoras, marcação tátil/visual, guias de corrida e superfícies amortecidas). A composição mínima é acompanhada de rotinas de guarda, conservação e reposição, orientadas por critérios de segurança, durabilidade e custo-efetividade.

Cronograma trienal de implementação

Ano 1 — elaboração de termos de referência, procedimentos de contratação pública conforme a legislação vigente, aquisição e entrega dos materiais, organização dos espaços e formação inicial para uso pedagógico e manutenção;

Ano 2 — avaliação intermediária das condições de oferta, com reposição emergencial dos itens críticos e ajustes de infraestrutura pontuais;

Ano 3 — renovação programada do acervo, revisão dos padrões mínimos, atualização dos termos de referência e formação continuada centrada em metodologias ativas e inclusão. Ao final do triênio, institui-se fase permanente de monitoramento anual, com inventário simplificado, relatório por unidade e previsão orçamentária recorrente nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

A alocação de recursos observa critérios objetivos e transparentes, a saber: (a) gravidade das lacunas (inexistência de quadra coberta, pisos inadequados, sanitários/vestiários sem acessibilidade); (b) demanda por materiais adaptados e adequações para estudantes público-alvo da Educação Especial; (c) matrícula por etapa/turno; (d) histórico de investimentos; e (e) vulnerabilidade socioeducacional do território. A aplicação desses parâmetros sustenta priorização progressiva e justiça distributiva intra-rede.

Propõe-se o Sistema Municipal de Monitoramento da Educação Física Escolar, com duas soluções possíveis: (i) planilha dinâmica com campos validados e controle de versões; ou (ii) módulo web integrado ao cadastro de escolas. O sistema registra, por unidade, a situação dos





espaços e materiais (incluídos os adaptados), o histórico de entregas e manutenções, as demandas priorizadas e a previsão orçamentária anual. Recomenda-se atualização semestral (julho e dezembro), responsável designado em cada escola e validação técnica pela SMED.

Considerações finais

O produto educacional apresentado traduz evidências em dispositivos operacionais de política e gestão, articulando padrões mínimos de oferta (kits por etapa), critérios técnicos e participativos de alocação de recursos, monitoramento contínuo e formação de gestores(as).

Nessa configuração, delinea-se um conjunto consistente de possibilidades:

(a) Elevação da qualidade pedagógica das aulas de Educação Física, ao alinhar condições materiais e organizacionais às prescrições curriculares, promovendo diversidade de experiências corporais, segurança didático-metodológica e maior aderência ao planejamento docente;

(b) Redução de desigualdades intra-rede, mediante priorização transparente de unidades classificadas com maior necessidade, com atenção sistemática a barreiras arquitetônicas e à provisão de materiais adaptados, favorecendo a participação de estudantes com deficiência;

(c) Qualificação do gasto público, pela integração do cronograma trienal aos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA), com racionalidade na aquisição, reposição e manutenção, mitigando decisões *ad hoc* e fortalecendo a previsibilidade;

(d) Fortalecimento da profissionalidade docente, ao garantir condições objetivas de trabalho (espaços, tempos, acervos e rotinas) que sustentam metodologias ativas e inclusivas, avaliação formativa e coerência entre currículo prescrito e currículo praticado.

Institucionalmente, a padronização dos kits e a institucionalização do monitoramento estabilizam o ciclo “planejar–executar–avaliar–aperfeiçoar” e ampliam transparência, rastreabilidade e controle social. Pedagogicamente, alinhar parâmetros de oferta a objetivos de aprendizagem encurta a distância entre currículo prescrito e implementação, sobretudo em contextos vulneráveis. Em síntese, o produto é técnica e administrativamente viável para induzir melhorias de curto e médio prazos, com flexibilidade para ajustes locais e preservação da isonomia de critérios.

Reconhecem-se limites inerentes ao escopo e ao desenho metodológico, os quais não invalidam as proposições, mas informam ciclos de melhoria contínua:



- (i) Dependência de disponibilidade orçamentária e, quando pertinente, de execução de obras e adequações físicas, fatores sujeitos a variações macroeconômicas, prazos licitatórios e capacidade operacional, com potencial dilatação de cronogramas;
- (ii) Dados autorreferidos e institucionais, suscetíveis a vieses de percepção e registro, sobretudo em itens de avaliação qualitativa das condições de oferta, recomendando-se triangulação permanente com inspeções técnicas e documentação administrativa;
- (iii) Ausência, nesta fase, de mensuração direta de efeitos de aprendizagem, dado que o foco recaiu sobre acesso, condições e gestão; impõe-se, portanto, a realização de estudos subsequentes (pré-pós, séries temporais ou delineamentos quase-experimentais) que relacionem a melhoria das condições materiais a desfechos pedagógicos (engajamento, participação, diversidade de conteúdos efetivamente trabalhados, percepções de segurança e clima de aula);
- (iv) Heterogeneidade das unidades quanto a histórico, porte, turnos e perfil de matrícula, demandando ajustes finos locais na composição e manutenção dos kits, bem como estratégias graduais de implementação para evitar assimetrias de curto prazo.

Como encaminhamento, recomenda-se: (a) incluir indicadores de processo e resultado no monitoramento (uso dos materiais, diversidade de práticas, participação de estudantes com deficiência), com linha de base, metas anuais e revisões semestrais; (b) promover formação continuada a equipes escolares e gestoras, centrada no uso dos acervos, conservação e gestão de riscos; (c) ampliar a governança com participação de instâncias colegiadas na análise de relatórios periódicos; e (d) planejar aquisições e manutenções de forma escalonada, guiadas por critérios de equidade e evidências de necessidade. Nessas condições, o produto configura-se como ferramenta replicável para integrar diagnóstico, formulação pedagógica e gestão pública educacional, orientada por qualidade, equidade e inclusão.

Referência do produto educacional

OLIVEIRA, Thiago Mendes. *Relatório situacional da infraestrutura e disponibilidade de materiais didáticos para a Educação Física nas escolas municipais de Santa Luzia/MG e guia para planejamento, investimento e qualificação das aulas de Educação Física: infraestrutura e materialidade como direito educacional*. Produto educacional (relatório técnico e guia). Mestrado Profissional em Educação Física Escolar, sob orientação da Profa. Dra. Ivana Montandon Soares Aleixo. Belo Horizonte - MG, 2025.